



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

59
U8
Tribunal de Con. dos Municípios
Ata publicado no D.O. em nº 223,
de 04 / 12 / 17, pg. 02

RESOLUÇÃO Nº 13.377

Respons

Processo nº 201601743-00

Classe: Consulta (Responsabilização da Câmara por autos de infração aplicados contra a Prefeitura Municipal, apurados pela Receita Federal)

Procedência: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Ver. José Paulo de Lira Júnior

Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2016

EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ. EXERCÍCIO DE 2016. PARCELAMENTO DE DÉBITO PREVIDENCIÁRIO JUNTO AO INSS. NEGOCIAÇÃO PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. RESPONSABILIDADE CONCOMITANTE DO PODER EXECUTIVO E PODER LEGISLATIVO, DE ACORDO COM A ORIGEM DO DÉBITO. ORIENTAÇÕES QUANTO AO PARCELAMENTO DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO ENTE PREVIDENCIÁRIO FEDERAL. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA REFERENTE A QUITAÇÃO DO PARCELAMENTO. VEDAÇÃO DE DESCONTO AUTOMÁTICO DA PARCELA DEVIDA PELO PODER LEGISLATIVO, POR OCASIÃO DO REPASSE DO DUODÉCIMO. RECOMENDAÇÃO PELA COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL. NÃO AFASTAMENTO DA TUTELA JUDICIAL PARA RECOMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL. APROVAÇÃO POR UNANIMIDADE. FIXAÇÃO DE PREJULGADO DE TESE (ART. 302, DO RITCM-PA).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada, em tese, e respondida nos termos do disposto no **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 30-39**, que passam a integrar esta decisão.

Ymabel




ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

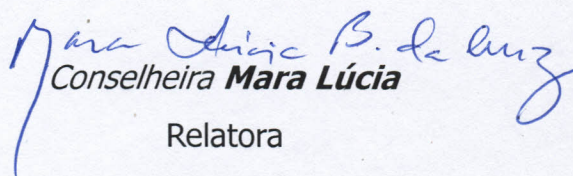
60
W

RESOLUÇÃO Nº 13.377

Por fim, considerando a possibilidade de idêntica situação, em outros municípios sob a jurisdição deste **TCM-PA**, tal como vivenciado pela **Câmara Municipal de São Miguel do Guamá**, bem como a aprovação por unanimidade, aos termos da consulta formulada, fica consignada a aprovação de Prejulgado de Tese, na forma do art. 302, do RITCM-PA, com ampla divulgação entre os demais jurisdicionados, bem como junto aos setores técnicos desta Corte de Contas, para devida verificação contábil dos débitos e créditos, junto às prestações de contas.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em **10 de agosto de 2017**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves, Daniel Lavareda, Mara Lúcia, César Colares e Sérgio Leão. Procuradora Maria Regina Cunha.



RESOLUÇÃO Nº 13.377

Processo n.º: 201601743-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá

Interessado: Ver. José Paulo de Lira Júnior

Exercício: 2016

RELATÓRIO

JOSÉ PAULO DE LIRA JÚNIOR, Presidente da Câmara Municipal de São Miguel do Guamá, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/03), em **28.01.16**, onde suscita, em apertada síntese, questionamentos **relacionados à responsabilização da Câmara Municipal, por autos de infrações aplicados em desfavor da Prefeitura Municipal, vinculados à obrigações e débitos, apurados pela Receita Federal do Brasil**, pontuando-os, nos seguintes termos.

- a) *Qual entidade irá ser responsabilizada com o pagamento do débito do Processo Fiscal junto à Receita Federal, no que tange ao Auto de Infração Obrigatório Principal e ao Auto de Infração Obrigação Acessória: o Município ou a Câmara Municipal?*
- b) *Em caso, na eventualidade da entidade Câmara Municipal ser responsabilizada pelo pagamento do débito do Processo Fiscal junto a Receita Federal. Temos os seguintes questionamentos:*
 - b.1.) *Considerando que o Presidente da Câmara Municipal está em seu último exercício de mandato (ano 2016), que vai até dezembro, as parcelas do pagamento do débito supracitado é até o final do exercício, ou pode ultrapassar?*
 - b.2.) *Caso tenha a hipótese do Presidente parcelar em várias parcelas, além do exercício dele, como ele prestará contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios?*
- c) *Em caso, na eventualidade do Município ser responsabilizada pelo pagamento do débito do Processo Fiscal junto a Receita Federal. Temos os seguintes questionamentos:*
 - c.1.) *Considerando que o Prefeito está em seu último exercício de mandato (ano 2016), que vai até dezembro, as parcelas do pagamento do débito supracitado é até o final do exercício, ou pode ultrapassar?*
 - c.2.) *Caso tenha a hipótese do Prefeito parcelar em várias parcelas, além do exercício dele, como ele prestará contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios?*

Presidência



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

51

RESOLUÇÃO Nº 13.377

Compulsando os autos, verifico, ainda, que o ora consulente, apesar de buscar assentar sua consulta "em tese", a mesma encerra caso concreto, visto que se fez instruir, conforme documentação às fls. 04/27, do Ofício n.º 004/2016-SEMAD, encaminhado pela Secretaria Municipal de Administração, cientificando àquela Câmara Municipal, da existência de restrição, junto ao CAUC e CADIN, vinculados ao CNPJ da Câmara Municipal e ao Processo Fiscal n.º 20.4.15.000134-28, onde são discutidos os referenciados autos de infração de obrigação principal e acessória.

Diante do exposto, considerando que o caso em questão, apesar de pautado em fato concreto, possui relevância temática, dada a sua indiscutível repercussão orçamentária-financeira, junto aos demais jurisdicionados desta Corte de Contas, tratarei a matéria sob a forma de tese, entendendo, assim, a teor do permissivo contido no **§2º, do art. 300, do RITCM-PA**, em admitir a presente **consulta**, tal como apresentada pela Câmara Municipal solicitante.

É o relatório.

Handwritten signature



RESOLUÇÃO Nº 13.377

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades inculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012¹**, tendo sido formulada em tese, encaminhada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**.

A matéria, sob análise, exige a preliminar verificação das competências e responsabilidades de cada unidade de Poder Municipal, sob os quais, traço as seguintes considerações:

1. Conforme consignado nos autos, a fiscalização exercida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive para fins de imposição de restrição junto ao CAUC e CIAF, vislumbra, tão somente, a unidade federativa, *in casu*, o Município de São Miguel do Guamá, razão pela qual, a despeito de juízo valorativo diverso, desta Relatora, é considerado para todos os fins, o CNPJ da Prefeitura Municipal, vinculando-se a este, das demais unidades orçamentárias, inclusive da Câmara Municipal.
2. Com base em tal permissiva fiscalizatória, sob exclusiva responsabilidade da União, os débitos ou pendências apuradas, conforme caso apresentado, pela Câmara Municipal, integram o espectro de regularidade ou irregularidade do Município, no que, os procedimentos fiscalizatórios, passam a tramitar em desfavor deste ente.
3. No mesmo sentido, diante desta unidade, estabelecida para fins de fiscalização, os parcelamentos de multas e outros encargos, ainda que relacionados a débitos da Câmara Municipal, somente podem receber parcelamento, se operacionalizados através do Executivo Municipal, consoante desconto no Fundo de Participação dos Municípios – FPM.
4. Cabe-me salientar, contudo, nos termos do precedente declinado, deste TCM-PA, que a intervenção e/ou interveniência obrigatória, da Prefeitura Municipal, junto à fiscalização exercida pela União, não desonera ou desobriga de responsabilidades à Câmara Municipal, a qual, em verdade, seria a titular do passivo consignado, impondo-se, desta forma, dada a

¹ **XVI** - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno.

Handwritten signature



RESOLUÇÃO Nº 13.377

impessoalidade característica, da gestão pública, a adoção de medidas no sentido de quitação do débito consignado.

5. Isto porque, através dos recursos mensalmente repassados à Câmara Municipal, por força do duodécimo, esta possui o dever legal de realizar, exemplificativamente, a correta apropriação dos encargos patronais junto ao INSS e fundiário, perante o FGTS, para além de realizar o desconto correspondente aos seus servidores e prestadores de serviço, em folha de pagamento, recolhendo, tais créditos, para quem de direito (INSS ou FGTS).
6. No mesmo sentido, impõe-se a Câmara Municipal, a responsabilidade administrativa de agir com probidade, dando atendimento as ações fiscalizatórias realizadas pela União, tal como consignado no caso exposto, no que se relacionam às nomeadas obrigações acessórias.
7. O descumprimento destas obrigações legais, importam em grave irregularidade, junto às prestações de contas, as quais, conforme entendimento deste Plenário, têm sido relevadas, exemplificativamente, com cominação de multa, quando comprovado o parcelamento dos débitos confessados junto ao INSS.
8. Ocorre, ainda, que eventual parcelamento de débito, apurado pela União, não elide a responsabilidade da Câmara Municipal de adimplir com seu pagamento, cabendo ao gestor do exercício adotar as medidas administrativas necessárias a adequar suas despesas mensais, ao débito confessado e apurado, bem como de eventuais multas, ainda que aplicadas em desfavor de exercícios pretéritos, tal como na hipótese ventilada nos autos.

Com base nestas premissas, destacadamente quanto à inequívoca responsabilidade da Câmara Municipal em arcar com o adimplemento da cota parte que lhe cabe, dentro dos débitos consignados pela União, através de ação fiscalizatória especial ou ordinária, indispensável que seja dada a melhor orientação, quanto à quitação de parcelamentos realizados com a intervenção do Executivo Municipal perante a Fazenda Nacional e com desconto automático no FPM, declinado a forma em que se poderá realizar, possivelmente, este encontro de contas, entre os créditos do Legislativo e os débitos que venham a ser suportados pelo Executivo.

Entendo, inicialmente, que o primeiro recurso a ser adotado seja a composição amigável, entre os Poderes Executivo e Legislativo, por meio de formalização de termo de confissão do débito, com a devida apuração do montante

Proposta



RESOLUÇÃO Nº 13.377

devido pela Câmara Municipal e o número de parcelas resultante da negociação entabulada perante a União, através da Prefeitura Municipal.

Com base no termo em questão, evitando-se maiores embaraços contábeis no cálculo do duodécimo mensalmente repassado, caberá a Câmara Municipal, efetuar o pagamento de sua cota parte, junto ao Executivo Municipal.

Desta forma, não haverá maiores dificuldades de recomposição do Executivo Municipal, pelos valores que venham a ser abatidos, automaticamente, no FPM, bem como não haverá outras dificuldades de natureza contábil, quanto à apuração do correto repasse do duodécimo devido à Câmara Municipal.

Contudo, não havendo a possibilidade de composição amigável, nos termos indicados, caberá a Prefeitura Municipal proceder com o ajuizamento de ação própria, com vistas a efetuar a cobrança dos valores devidos pela Câmara Municipal, tendo em vista que, como regra, o parcelamento junto à União prescinde da autorização da Câmara Municipal, visto que só pode ser realizado quando se englobam todas as dívidas existentes do município, perante o órgão previdenciário.

Tecidas tais considerações, com vistas à formulação de uma resposta mais didática ao jurisdicionado, concluo a resposta desta consulta, respondendo, individualmente, os pontos enumerados pela Câmara Municipal, com especial cotejamento à documentação acostada aos autos, que instruem a consulta:

a) Qual Entidade irá ser responsabilizada com o pagamento do débito do processo fiscal, junto à Receita Federal, no que tange ao auto de infração obrigatório principal e ao auto de infração obrigação acessória: o município ou a câmara municipal?

Dentro do Processo Administrativo Fiscal, à responsabilização por débito apurado pela Receita Federal do Brasil, sempre recairá sob o Executivo Municipal, entendido como Unidade Federativa em débito, ainda que este esteja adstrito, exclusivamente, às obrigações da Câmara Municipal.

A ressalva que traço, quanto ao processo administrativo, é necessária por vislumbrar a possibilidade, por via judicial, de discussão da legitimidade passiva da Prefeitura Municipal, em desfavor da Câmara Municipal, a qual, conforme documentação apresentada, foi o ente efetivamente fiscalizado pela Receita Federal do Brasil, no exercício de 2010, bem como, foi em fatos (obrigação principal e acessória) vinculados ao Legislativo, que incorreram os autos de infração lavrados, por força de fiscalização realizada.

Handwritten signature



RESOLUÇÃO Nº 13.377

Assim, apesar da ação fiscal ser dirigida à Prefeitura Municipal, a obrigação de pagamento do débito e multas recai, em última instância, à Câmara Municipal, podendo se dar, pela via amigável, a qual preferencial e demonstradora de probidade administrativa e boa-fé do gestor, ou, lado outro, pela via judicial, com as implicações decorrentes.

b) Em caso, na eventualidade da entidade Câmara Municipal ser responsabilizada pelo pagamento do débito do Processo Fiscal junto à Receita Federal. Temos os seguintes questionamentos:

b.1.) Considerando que o Presidente da Câmara Municipal está em seu último exercício de mandato (ano 2016), que vai até dezembro, as parcelas do pagamento do débito supracitado é até o final do exercício, ou pode ultrapassar?

Quanto à possibilidade de parcelamento de débitos e o número de parcelas a serem estabelecidas, deixo de apresentar manifestação, por entender que encerra competência exclusiva da Receita Federal do Brasil e/ou Ministério Público Federal, com base em legislação específica, estabelecer tais prazos e critérios, entendo, salvo melhor juízo, inexistir impedimento quanto ao parcelamento que ultrapasse o ano fiscal e ou período de mandato eletivo, por força da reconhecida impessoalidade da administração pública.

b.2.) Caso tenha a hipótese do Presidente parcelar em várias parcelas, além do exercício dele, como ele prestará contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios?

Reitero, que dentro do Processo Administrativo Fiscal, à responsabilização por débito apurado pela Receita Federal do Brasil, recairá sob o Chefe do Poder Executivo Municipal, entendido como esta, a Unidade Federativa em débito, ainda que este esteja adstrito, exclusivamente, às obrigações não cumpridas pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal.

Bem como, sendo a ação fiscal dirigida à Prefeitura Municipal, a obrigação de pagamento do débito e multas recai, em última instância, à Câmara Municipal, podendo ocorrer, pela via amigável, a qual preferencial e demonstradora de probidade administrativa e boa-fé do gestor, ou, pela via judicial, com as implicações decorrentes.

Quanto ao registro contábil da parcela do débito previdenciário negociado, independente do período, a parcela consignada correspondente ao Poder Legislativo, deverá ser classificada no elemento de despesa 3319092 (Despesas de Exercícios Anteriores), ou ainda, com a possibilidade de classificação no elemento 3319013 (Obrigações Patronais), com as devidas especificações, para diferenciar das

Handwritten signature



RESOLUÇÃO Nº 13.377

obrigações previdenciárias de competência do exercício em curso, conforme Manual Técnico de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, emitido pela Secretaria de Tesouro Nacional (STN).

c) Em caso, na eventualidade do Município ser responsabilizada pelo pagamento do débito do Processo Fiscal, junto à Receita Federal. Temos os seguintes questionamentos:

c.1.) Considerando que o Prefeito está em seu último exercício de mandato (ano 2016), que vai até dezembro, as parcelas do pagamento do débito supracitado é até o final do exercício, ou pode ultrapassar?

No mesmo sentido, a competência para fixação da forma de parcelamento, recai à União, pelo que deixo de consignar maiores considerações.

c.2.) Caso tenha a hipótese do Prefeito parcelar em várias parcelas, além do exercício dele, como ele prestará contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios?

Especificamente, a partir da existência de negociação do débito previdenciário junto a Receita Federal, este deverá ser apresentado ao Tribunal de Contas dos Municípios para efeito de comprovação, afastando a falha, contudo, impondo a aplicação de multa ao gestor, no período de responsabilidade de cada ordenador, destaco neste caso, aos Chefes dos Poderes, Executivo e Legislativo.

Acrescento ainda, que nos termos do art. 105, bem como no Anexo 14, da Lei Federal nº 4.320/64, deverá existir o registro no Balanço Patrimonial do Município, no Passivo Financeiro do valor do débito assumido.

Consigno, ainda, como de fundamental orientação ao jurisdicionado, ora Consulente, que:

01 – As dívidas junto à União, resultantes de falhas do Legislativo Municipal, em razão de sua não correta apropriação/não recolhimento ao ente correlato, o por descumprimento de dever legal (obrigação acessória), deverão ser adimplidos pelo mesmo, ainda que tenham sido objeto de parcelamento realizado por intermédio da Prefeitura Municipal;

02 – Recomenda-se a composição amigável, com vistas ao pagamento da cota parte, pela própria Câmara Municipal, junto ao Executivo Municipal, estando vedado o desconto automático no repasse mensal do duodécimo.

parp



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

57

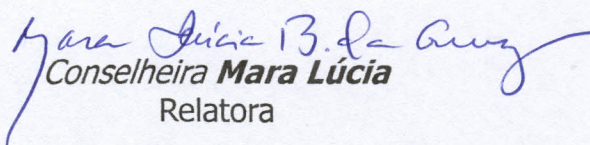
RESOLUÇÃO Nº 13.377

03 – Na impossibilidade de composição amigável, caberá ao Executivo Municipal proceder com as devidas medidas judiciais de cobrança, para recomposição das perdas apuradas no FPM, que sejam de exclusiva responsabilidade do Legislativo Municipal.

Por fim, considerando a possibilidade de idêntica situação, em outros municípios sob a jurisdição deste **TCM-PA**, tal como vivenciado pela **Câmara Municipal de São Miguel do Guamá**, recomendo a elaboração de **Orientação Técnica**, por esta Corte de Contas, com ampla divulgação entre os demais jurisdicionados, bem como junto aos setores técnicos desta Corte de Contas, para detida verificação contábil dos débitos e créditos, junto às prestações de contas.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará,
em **10 de agosto de 2017**.


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora